



Relatório de
Gerenciamento
de Riscos e Apuração do RWA e PR –
Circ.3.678

1T2016

1	Estrutura de gerenciamento de riscos	3
1.1	Gerenciamento do Risco de Crédito (CRM)	3
1.1.1	Risco de Crédito	4
1.2	Gerenciamento do Risco de Mercado (MRM)	5
1.2.1	Risco de Mercado	5
1.2.1.1	Hedge	Error! Bookmark not defined.
1.3	Gerenciamento do Risco de Operacional	6
2	Estrutura de gerenciamento de Capital	7
2.1	Estrutura Organizacional	7
2.2	Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR) e Adequação do PR	7
3	Avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência	15

1 Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional das áreas responsáveis pelo gerenciamento de riscos de mercado, de crédito, operacional e liquidez é considerada compatível com o tamanho, natureza e complexidade das transações realizadas pela instituição, e suas atividades são desenvolvidas com independência e autonomia no processo de identificação, avaliação, monitoramento e implementação de controles necessários à mitigação dos riscos identificados. A estrutura organizacional das áreas de gerenciamento de riscos e seus níveis hierárquicos são apresentados como segue:



1.1 Gerenciamento do Risco de Crédito (CRM)

A área de CRM está estruturada de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de crédito a que a instituição está exposta e suas atividades consideram as normas e procedimentos estabelecidos pela Matriz, bem como as disposições determinadas pela Resolução nº 3.721/09, do Banco Central do Brasil:

- 1 Documentação das políticas e estratégias definindo os limites de crédito, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição;
- 2 Validação dos sistemas locais, modelos e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito;
- 3 Utilização de critérios consistentes e prudentes para estimar perdas associadas ao risco de crédito e a comparação com perdas efetivamente observadas;
- 4 Atuação junto a área comercial para a recuperação de créditos;
- 5 Estabelece rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- 6 Adequação de provisionamento compatível com o risco de crédito assumido pela instituição;
- 7 Avaliação das operações sujeitas ao risco de crédito, que considera as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, as mudanças em mercados e produtos e os efeitos da concentração setorial e geográfica, dentre outros;
- 8 Avaliação da retenção de riscos de crédito em operações de venda ou transferência de ativos financeiros;
- 9 Mensuração do risco de crédito de contraparte em operações com instrumentos financeiros derivativos e demais instrumentos financeiros complexos;
- 10 Estabelecimento de limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito;
- 11 Estabelecimento de critérios e procedimentos definidos e documentados, acessíveis aos envolvidos no processo de concessão e gestão de crédito;
- 12 Classificação das operações sujeitas ao risco de crédito em categorias, com base em critérios consistentes e passíveis de verificação;
- 13 Avaliação prévia de novas modalidades de operação e verificação da adequação dos procedimentos e controles adotados pela instituição;
- 14 Realização de testes de estresse, englobando ciclos econômicos, alterações das condições de mercado e de liquidez e a utilização dos resultados para estabelecimento ou revisão das políticas e limites;

- 15 Emissão de relatórios periódicos para a administração da instituição sobre o desempenho do gerenciamento do risco de crédito em função das políticas e estratégias adotadas;
- 16 Práticas para garantir que exceções à política, aos procedimentos e aos limites estabelecidos sejam relatadas apropriadamente;
- 17 Documentação e armazenamento (em forma digital) de informações de perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.

1.1.1 Risco de Crédito

As operações com exposições a riscos de crédito da contraparte são avaliadas mediante a classificação dos produtos de crédito em categorias de risco, como segue:

Produto	Risco
Settlement	Risco de entrega de ativo financeiro à contraparte e não receber o valor contratado.
Pre-Settlement	Risco da contraparte não honrar o contrato antes do pagamento, incorrendo em custos para repor a operação no mercado.
Money Market	Risco de crédito de contraparte em depósitos de curto prazo (menos de um ano).
Lending	Risco de crédito da contraparte ou cliente corporativo não repagar um empréstimo no vencimento ou não reembolsar o banco após a execução de garantia emitida por ele em nome do cliente.
Investment	Risco de default associados a investimentos em bonds, commercial papers, ações e outros valores mobiliários.
Trading	Riscos associados a títulos com intenção de negociação em curto período de tempo, mesclando risco de crédito, risco de migração e risco de liquidez.
Other Risk	Produtos em que a instituição não apresenta um risco de crédito direto.

O processo de avaliação de exposições a risco de crédito da instituição observa as normas e procedimentos emanados da Matriz, contemplando dentre outros aspectos: (i) customer due diligencce; (ii) análise de dados financeiros; (iii) atribuição de rating; (iv) análise do mercado de atuação; (v) estruturação de garantias; (vi) projeções financeiras; (vii) covenants; (viii) valor do limite; (ix) natureza de linhas e produtos aprovados; (x) prazos.

A constituição de garantias para mitigar exposições a risco de crédito e a sua adequação, suficiência e liquidez, em função da contraparte ou da estrutura da operação, é avaliada por CRM e os aspectos formais e a autenticidade da garantia oferecida são analisadas pelo departamento de Legal & Compliance. O controle e monitoramento periódico da suficiência e adequação das garantias é realizado através do sistema de garantias, pela área de Loan Services.

O sistema de rating do Banco segue as políticas internas para avaliação e classificação das operações de crédito, e existe um de-para do rating interno para o rating de crédito determinado pela Resolução 2.682. As provisões relativas às operações de crédito seguem as provisões regulamentares mínimas determinadas na Resolução 2.682 do BACEN.

1.2 Gerenciamento do Risco de Mercado (MRM)

A área de MRM está estruturada em função da natureza das transações, complexidade e a exposição a riscos de mercado a que a instituição está exposta e suas atividades contemplam as normas e procedimentos estabelecidos pela Casa Matriz, bem como as disposições da Resolução nº 3.464/07, do Banco Central do Brasil, e respectivas atualizações que determinam:

- 1 A documentação das políticas e estratégias definindo limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- 2 A existência de sistemas adequados à avaliação, monitoramento e controle da exposição ao risco de mercado de operações incluídas na carteira de negociação e aquelas não incluídas na carteira de negociação (banking book);
- 3 A realização de testes periódicos de avaliação da eficácia dos sistemas que controlam a exposição a riscos de mercado;
- 4 A identificação prévia dos riscos inerentes a novas atividades e produtos e reflexos nos procedimentos e controles adotados pela instituição;
- 5 A realização de testes de estresse, considerando inclusive a quebra de premissas, e a utilização dos resultados para estabelecer ou rever as políticas e limites para adequação de capital.
- 6 A segregação entre a atividade das carteiras de negociação e não negociação.

As carteiras de não negociação são gerenciadas em estrutura de livros específica, distinta da estrutura de livros das carteiras de negociação, e sujeitas a políticas, métricas, limites e relatórios específicos.

1.2.1 Risco de Mercado

As atividades relacionadas ao processo de identificação e mensuração de riscos de mercado em situação normal e de stress são desenvolvidas no contexto atual de uma estrutura operacional reduzida e baixo volume de transações realizadas pelas áreas de Financial Markets e Bank Treasury, focadas em: (i) operações com prazo de até cinco anos; (ii) operações de hedge para mitigar exposições decorrentes de novas operações realizadas pelas áreas de negócio; (iii) aplicações em títulos públicos para manutenção do estoque de liquidez e investimento do capital; (iv) operações compromissadas; (v) captações de recursos com emissão de CDI, CDB e LCA; (vi) operações de câmbio e derivativos tradicionais.

Para fins de avaliação de exposições a riscos de mercado a instituição utiliza a metodologia de VaR histórico apurados por sistemas de risco globais.

A mensuração das exposições a riscos de taxa de juros e de moedas são reportadas diariamente pela área de MRM com base nos seguintes relatórios:

- Relatório de Risco de Mercado (Daily Risk Report);
- Mapas de Descasamentos de Prazos e Moedas (PV01 Consolidated Report);

1.2.1.1 Utilização de derivativos

A Filial brasileira do ING Bank NV faz uso de instrumentos derivativos com os seguintes objetivos:

- **Hedge** – Operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo buscar proteção contra a flutuação do valor de mercado de ativos ou passivos financeiros;
- **Negociação** – Operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição global de posições proprietárias ou para atender a demanda de clientes por instrumentos de hedge.

As operações de Hedge com instrumentos financeiros derivativos têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros.

Os contratos futuros negociados no âmbito da Bolsa de Valores Mercadorias e de Futuros (BM&F Bovespa) são os instrumentos financeiros derivativos mais utilizados por sua liquidez e mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

A monitoração contínua do hedge econômico é realizado pela área de MRM através dos instrumentos mencionados e limites estabelecidos. O monitoramento do hedge e de sua efetividade estabelecido pela Circular 3082 (hedge accounting) é realizado mensalmente pela área de Finance através do relatório Hedge Effectiveness e planilhas de cálculo.

1.3 Gerenciamento do Risco de Operacional

A área de Operational Risk Management está estruturada de forma a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais a que a instituição está exposta e suas atividades contemplam as normas e procedimentos estabelecidos pela Matriz e adaptados ao ambiente local, bem como as disposições determinadas pela Resolução nº 3.380/06, do Banco Central do Brasil:

- 1 Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- 2 Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- 3 Elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- 4 Realização de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- 5 Elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional aos colaboradores da instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, incluindo os prestadores de serviços terceirizados;
- 6 Plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e limitar graves perdas associadas ao risco operacional;
- 7 Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

As políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos da instituição utilizam modelos e instrumentos definidos pela Matriz e incorporam os requerimentos exigidos por órgãos reguladores locais.

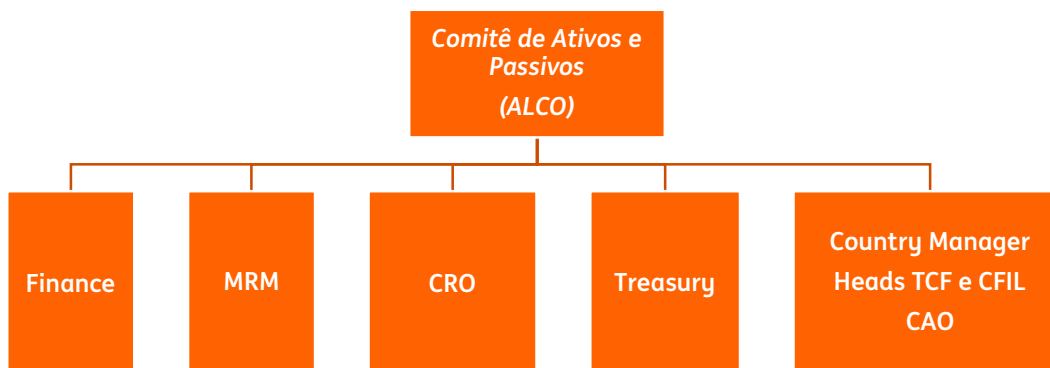
O processo de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos de natureza operacional são conduzidos de forma contínua e permanente através da utilização conjunta e integrada de instrumentos e metodologias estabelecidas pela Matriz, como (i) Non Financial Risk Dashboard; (ii) Integrated High Level Risk Assessment; (iii) Key Risk Indicators; (iv) Incident Report; (v) Action Tracking, (vi) Key Control Testing; e (vii) iRisk.

O processo de identificação e avaliação das exposições a riscos de natureza operacional abrange todos os níveis organizacionais da instituição e o resultado das análises quantitativas e qualitativas, por categoria de risco, é apresentado através de uma matriz de frequência e severidade de riscos no relatório Non Financial Risk Dashboard.

Para fins de requerimento de capital para cobertura de exposição a riscos de natureza operacional, a instituição adota a metodologia da Abordagem do Indicador Básico, nos termos da Circular nº 3.640/13 e formalizada na política de gerenciamento de risco operacional.

2 Estrutura de gerenciamento de Capital

2.1 Estrutura Organizacional



A Estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo (PRM), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRM), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

2.2 Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR) e Adequação do PR

O Banco Central do Brasil divulgou as Resoluções 4.192 e 4.278, em março de 2013, e em outubro de 2013, respectivamente, dispondo sobre as novas metodologias para apuração do Patrimônio de Referência (PR), que passaram a vigorar a partir da data base outubro de 2013.

A Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, foi revogada a partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução 4.193, de março de 2013, posteriormente complementadas através da Resolução 4.281 de outubro de 2013, esta dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, instituindo o Adicional de Capital Principal.

A apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), corresponde à soma das seguintes parcelas:

$$RWA = \frac{RWA_{CPAD}}{\text{Risco de crédito}} + \frac{RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS}}{\text{Risco de mercado}} + \frac{RWA_{OPAD}}{\text{Risco operacional}}$$

Onde:

- RWA_{CPAD} = parcela referente às exposições ao risco de crédito;
- RWA_{JUR} = parcela referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;
- RWA_{CAM} = parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;
- RWA_{ACS} = parcela referente às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;
- RWA_{COM} = parcela referente às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities);
- RWA_{OPAD} = parcela referente ao cálculo de capital requerido para o risco operacional. A Filial adotou a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Além das informações acima, serão também divulgados o valor total do RWA, e o índice de Basileia (IB).

A adequação do PR sobre o PRE é analisada mensalmente na reunião do ALCO BRAZIL, que é responsável por avaliar se há necessidade de tomar alguma ação preventiva para manter a adequação do PR, com os riscos incorridos pela instituição, bem como projeções de crescimento futuro, novos negócios ou outros riscos que não fazem parte do cálculo do PRE.

Não há valores que constituam o Nível II do PR.

R\$ mil	PR - Consolidado Financeiro		
	Mar.15	Dez.15	Mar.16
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA	843,190	871,218	841,664
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	843,190	871,218	841,664
EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-	-	-
CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	-	-	-
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	3,838,036	4,378,843	3,720,050
RWA PARA RISCO DE CRÉDITO POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWA _{CPAD}	2,592,871	3,238,318	2,628,838
RWA PARA RISCO DE MERCADO	1,077,403	950,682	842,934
RWA PARA RISCO OPERACIONAL POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWA _{OPAD}	167,762	189,843	248,278
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	421,006	370,201	454,716
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	422,184	481,673	386,947
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 REQUERIDO	612,908	608,487	618,460
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	843,190	871,218	841,664
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	230,282	262,731	223,203
MARGEM SOBRE O CAPITAL PRINCIPAL REQUERIDO	670,479	674,170	674,262
CAPITAL PRINCIPAL - CP	843,190	871,218	841,664
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	172,712	197,048	167,402
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A R _{BAN}	392,737	370,201	454,716
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA E PARA RBAN	450,454	501,016	386,947
VALOR CORRESPONDENTE AO R _{BAN}	28,270	19,343	19,592

Índice de Basileia

%	Consolidado Financeiro		
	Mar15	Dez15	Mar16
Índice Basileia	22	20	23

Razão de Alavancagem

Em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular 3.748 que dispõe sobre a Razão de Alavancagem, definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total. Este índice tem como objetivo evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras e, conseqüentemente, o aumento do risco sistêmico.

R\$ mil	Razão de Alavancagem	
	Dez.15	Mar.16
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial	5,991,421	6,357,231
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível	(799)	(17)
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES CONTABILIZADAS NO BALANÇO PATRIMONIAL	5,990,622	6,357,214
<i>Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos</i>		
Valor de reposição em operações com derivativos	389,667	265,704
Ganho Potencial futuro decorrente de operações com derivativos	208,577	148,234
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES RELATIVAS A OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	598,244	413,938
<i>Operações compromissadas e de empréstimos de títulos e valores mobiliários (TVM)</i>		
Aplicações em operações compromissadas	1,099,999	599,999
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-	-
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES RELATIVAS A OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E DE EMPRÉSTIMOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1,099,999	599,999
<i>Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial</i>		
Valor de referência das operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	426,972	894,271
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-	-
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES NÃO CONTABILIZADAS NO BALANÇO PATRIMONIAL	426,972	894,271
<i>Capital e Exposição Total</i>		
Nível I	871,218	841,664
Exposição Total	8,115,838	8,265,422
Razão de Alavancagem de Basileia III	10.73%	10.18%

Exposição ao Risco de Crédito

Demonstramos a evolução da exposição total referente às exposições ponderadas por fator de risco (RWACPAD):

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar15	Dez15	Mar16
FPR de - 0%	2,359	3,475,821	4,095,716
FPR de - 2%	369,687	396,619	378,303
FPR de - 20%	1,684,101	1,183,504	673,399
FPR de - 50%	139,662	144,910	142,678
FPR de - 85%		89,105	-
FPR de - 100%	2,125,853	2,778,389	2,369,028
FPR de - 250%	17,093	24,443	18,490
FPR de - 300%	3,413	1,998	-
Total da Exposição	4,342,169	8,094,788	7,677,613
Média do trimestre	5,424,381	7,490,737	8,075,049

A seguir demonstramos a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregado por países e regiões geográficas:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar15	Dez15	Mar16
Mercado interno			
Nordeste	500,225	773,397	632,730
Sudeste	3,804,574	6,736,845	6,476,675
Centro-Oeste	-	150,000	150,000
Sul	30,295	426,369	410,578
Mercado externo	7,075	8,177	7,630
Total da Exposição	4,342,169	8,094,788	7,677,613

A seguir demonstramos a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregado por Setor Econômico:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar15	Dez15	Mar16
Indústria	1,289,857	5,050,826	4,033,229
Comércio	514,995	1,397,825	962,066
Outros serviços	576,547	171,091	333,509
Pessoa física	48	6	-
Governo	1,532,865	1,455,630	1,397,189
Intermediários financeiros	426,348	16,149	948,032
Demais exposições	1,509	3,261	3,588
Total	4,342,169	8,094,788	7,677,613

Exposição ao risco de crédito e a média dos trimestres, das operações com características de concessão de crédito e garantias prestadas:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar15	Dez15	Mar16
Total da Exposição	2,807,795	4,839,825	4,517,968
Média do trimestre	2,816,228	4,289,018	4,655,807

A exposição dos dez e cem maiores clientes em relação ao total das operações com características de concessão de crédito:

R\$ mil	Consolidado Financeiro			
	Carteira de Crédito	Mar15	Dez15	Mar16
Percentual dos dez maiores clientes		89%	68%	76%
Percentual dos cem maiores clientes		100%	100%	100%

Prazo a decorrer das operações e montante das operações em atraso, bruto de provisões com características de concessão de crédito:

R\$ mil	Carteira Total			
	A vencer	Mar15	Dez15	Mar16
Até 6 meses		2,222,219	2,685,500	2,842,444
Entre 6 meses e 1 ano		53,149	1,501,694	866,633
Entre 1 e 5 anos		532,428	652,630	808,891
Total		2,807,795	4,839,825	4,517,968

Não existem operações em atraso, ou baixadas para prejuízo nos trimestres compreendidos (março de 2015 a março de 2016).

Valor das provisões para crédito de liquidação duvidosa – PDD:

R\$ mil			
	Mar15	Dez15	Mar16
PDD	470	1,096	951

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PDD) no trimestre:

R\$ mil		Provisão		
	Mar15	Dez15	Mar16	
Saldo Inicial	2,054	1,977		1,096
Constituição	8	273		313
Reversão	(1,592)	(1,154)		(458)
Saldo final	470	1,096		951

Informações relativas ao risco de crédito da contraparte:

R\$ mil		Garantia/ Produtos				
Produto	Mar15		Dez15		Mar16	
	Volumes	Garantias	Volumes	Garantias	Volumes	Garantias
Empréstimos	705,240	582,316	753,290	629,259	756,034	578,828
Crédito Pessoal (PF)	48	48	6	6	-	-
ACC	1,676,159	1,496,986	3,463,395	3,572,302	3,136,939	3,336,872
Fianças	426,348	426,348	623,133	623,133	624,995	622,586
Total	2,807,795	2,505,698	4,839,824	4,824,700	4,517,968	4,538,286

Instrumentos Mitigadores

O ING Bank N.V - filial São Paulo considera como instrumentos mitigadores apenas as garantias bancárias, alocações de crédito recebidas e aplicações financeiras dadas em garantia.

Além dessas, o Banco conta com outros mitigadores de risco de crédito: garantias como hipotecas, penhores, alienações fiduciárias, cessões fiduciárias, CDA/WA's e recebíveis, que são considerados na ferramenta de cálculo e capital econômico que fazemos para o banco central holandês, reduzindo a Perda por Inadimplência (LGD) das operações (percentuais de redução são calculados pela matriz).

Para avaliar o valor das garantias utilizamos preços de mercado, ou avaliações feitas por peritos independentes, relatórios de inspeção de lavoura, entre outros. Todas as garantias são monitoradas pelo departamento de Client Services Delivery do banco.

Para fins de apuração da parcela de alocação de capital do risco de crédito, apresentamos abaixo o valor total mitigado pelos instrumentos definidos no § 3º. do art. 36 da Circular no. 3.644, de 2013, segmentado por tipo de mitigador e seu respectivo FPR, conforme artigos 37 a 39 da circular nº 3.644 de 2013.

R\$ mil		Consolidado Financeiro - Posição Total			
Tipo de Mitigador	FPR	Mar15	Dez15	Mar16	
	Mitigador				
Operações Ativas Vinculadas	0%	2,009,798	3,656,941	2,971,048	
Títulos públicos federais	0%	1,644,997	1,099,999	599,999	
Total		3,654,795	4,756,940	3,571,047	

Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

Apresentamos a seguir o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar15	Dez15	Mar16
Contratos em que a Câmara atue como Contraparte Central	8,839,464	8,320,293	6,929,678

Demonstramos a seguir os valores relativos a contratos nos quais não haja atuação de câmaras de compensação como contraparte central, segregados em contratos sem garantias e contratos com garantias:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Com garantias		
	Mar15	Dez15	Mar16
Contratos em que a Câmara não atue como Contraparte Central	4,891,805	5,811,543	4,640,534
R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Sem garantias		
	Mar15	Dez15	Mar16
Contratos em que a Câmara não atue como Contraparte Central	8,118,641	8,079,340	9,957,062

A seguir, demonstramos o valor positivo bruto dos contratos sujeitos a risco de crédito de contraparte:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar15	Dez15	Mar16
Derivativos	584,989	389,667	265,705
Operações compromissadas	1,644,997	1,099,999	599,999
Operações a liquidar	3,504,329	5,136,319	5,251,586
Total	5,734,315	6,625,985	6,117,290

Apresentamos a seguir o valor das garantias que atendam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;
- Tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- Estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária; e
- Estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar15	Dez15	Mar16
Garantias	871,382	803,610	738,476

A seguir demonstramos a exposição global líquida a risco de crédito de contraparte:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar15	Dez15	Mar16
Exposição Global Líquida	12,139,064	13,087,273	13,859,120

O ING Bank N.V não possui operações de derivativos de créditos.

Não há, no período, operações relativas às operações de venda ou transferência de ativos financeiros, nem operações com títulos ou valores mobiliários oriundos de processo de securitização.

Exposição da Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado

Apresentamos a seguir o valor da carteira de negociação por fator de risco de mercado segmentado entre posição comprada e vendida:

R\$ mil	Fatores de Risco					
	Mar15		Dez15		Mar16	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Taxa de juros	2,439,565	992,550	2,183,049	680,711	2,489,415	964,805
Taxa de câmbio	2,596,282	4,040,389	4,072,860	5,440,462	3,380,765	4,605,185
Total	5,035,847	5,032,939	6,255,909	6,121,172	5,870,180	5,569,990

Exposição Financeira – Operações não classificadas na carteira Trading

As operações classificadas na carteira de não negociação, também conhecidas como banking book, são monitorada através de processos específicos de mensuração do descasamento de prazo e da exposição ao risco de taxa de juros. As carteiras são gerenciadas por estrutura de livros e limites independentes da atividade de negociação e envolvem o cálculo de sensibilidade, de valor em risco e a realização de simulações de stress, permitindo assim a pronta identificação de modificações no perfil de risco da carteira ou eventuais situações anômalas.

Não atuamos no mercado de ações e não oferecemos produto sem vencimento definido.

Exposição Financeira – Derivativos

Segue abaixo a exposição em derivativos segregada por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preços), mercado (Balcão e bolsa).

Todas as operações são realizadas no Brasil.

Em R\$ mil	Fatores de Risco						
		Mar15		Dez15		Mar16	
	Mercado	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Taxa de Juros	Bolsa	4,279,518	711,032	2,562,941	1,309,347	2,293,366	1,974,537
	Total	4,279,518	711,032	2,562,941	1,309,347	2,293,366	1,974,537
	Balcão	5,787,084	1,632,437	4,011,980	2,562,105	4,284,944	3,336,437
Taxa de Câmbio	Bolsa	1,631,985	2,722,067	3,672,583	1,855,902	2,755,966	1,030,438
	Total	7,419,069	4,354,504	7,684,563	4,418,007	7,040,910	4,366,876

3 Avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência

A estrutura de gerenciamento de capital considera os atuais níveis de capital regulatório suficientes para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito.

São realizadas avaliações contínuas e monitoramento constantes dos níveis de capital em consonância com o planejamento estratégico e, inclusive, em função de possíveis mudanças regulatórias ou de mercado.

Para mais informações relativas à composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR vide Anexo 1 em conformidade com a Circular 3.678/13.

Anexo 1				
Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR				
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	614,515		Não aplicável
2	Reservas de lucros	224,739		
3	Outras receitas e outras reservas	2,426		Não aplicável
4	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da resolução nº4.192, de 2013</i>			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal	-		
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	841,680		
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura			
9	Ativos intangíveis	-		Não aplicável
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	17		Não aplicável
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-	-	
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	
13	Ganhos resultantes de operações de securitização	-		
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo	-		
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido			
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética			
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal	-		
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
19	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	
20	Mortgage servicing rights	-		

21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	Não aplicável
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-	
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca	-		
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-		
26	Ajustes regulatórios nacionais			
26.a	Ativos permanentes diferidos			
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que acompanha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos			
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não acompanha o conglomerado			
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-		
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-		
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-		
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-		
26.i	Destaque no PR	-		
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios			
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-		
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	17		
29	Capital Principal	841,663		

Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		-	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis			
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar	-	-	
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-	-	

Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar			
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não acompanha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-		
40	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não acompanha o conglomerado	-		
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	-	
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não acompanha o conglomerado considerando o montante inferior a 10% do valor do Capital Complementar	-	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar			
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios			
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	-	
44	Capital Complementar	-	-	
45	Nível I	841,663		

Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II			
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II		-	
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		-	
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-	
51	Nível II antes das deduções regulatórias			

Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II			
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-		
55	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-		
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	-	
56.a	Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II			
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios			
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	-	
58	Nível II	-		
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	841,663		
60	Total de ativos ponderados pelo risco	3,720,050		

Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%		
61	Índice de Capital Principal (ICP)	22.6%		
62	Índice de Nível I (IN1)	22.6%		
63	Índice de Basileia (IB)	22.6%		
64	Requerimento mínimo de Capital Principal, incluindo os adicionais de capital (% dos RWA)			
65	do qual: adicional para conservação de capital	0.0%		
66	do qual: adicional contracíclico	0.0%		
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)			
68	Capital Principal disponível para suprir o requerimento do Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	-		

Número da Linha	Mínimos Nacionais	%		
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III	-		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5.5%		
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	11%		

Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
74	Mortgage servicing rights			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal			

Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada	
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada	
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-

Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite			
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-		
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite			

Legendas Anexo 1

¹Coluna em que deve constar o valor dos ajustes regulatórios sujeitos ao tratamento temporário.

O ajuste regulatório corresponde ao valor:

- dos instrumentos autorizados a compor o PR da instituição antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013, que, entre 1º de outubro de 2013 e 31 de dezembro de 2021, ainda compõem o PR da instituição, conforme art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013 (as linhas 33, 35, 47, 48 e 49 poderão ter valores preenchidos nesta coluna até 31 de dezembro de 2021);
- dos ajustes prudenciais que, entre 1º de outubro de 2013 e 31 de dezembro de 2017, ainda não forem integralmente deduzidos do PR, conforme art. 11 da Resolução nº 4.192, de 2013 (as linhas 5, 8, 9, 12, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 34, 48, 83 e 85 poderão ter valores preenchidos nesta coluna até 31 de dezembro de 2017).

²Deve constar nesta coluna a referência dos instrumentos reportados na tabela em relação ao balanço patrimonial da instituição ou do conglomerado, conforme inciso I e §1º do art. 3º desta Circular.

³As linhas 4, 33, 35, 47 e 49 devem ser apagadas a partir de 1º de janeiro de 2022, data em que os instrumentos nela informados não serão mais aceitáveis para compor o PR.